

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
PARA AQUISIÇÃO DE CLORO PELAS EMPRESAS DO GRUPO
AdP**

2023_093CP

CADERNO DE ENCARGOS

Agosto de 2023

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE
CLORO PELAS EMPRESAS DO GRUPO AdP**

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
<i>Cláusula 1.ª Objeto.....</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 2.ª Contrato</i>	<i>5</i>
<i>Cláusula 3.ª Prazo Contratual</i>	<i>6</i>
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	6
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	6
<i>Cláusula 4.ª Obrigações do Cocontratante</i>	<i>7</i>
<i>Cláusula 5.ª Conformidade e operacionalidade dos bens fornecidos e mantidos.....</i>	<i>10</i>
<i>Cláusula 6.ª Requisitos dos produtos</i>	<i>11</i>
<i>Cláusula 7.ª Requisitos das embalagens.....</i>	<i>11</i>
<i>Cláusula 8.ª Condições de entrega</i>	<i>13</i>
<i>Cláusula 9.ª Verificação</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 10.ª Garantia</i>	<i>18</i>
<i>Cláusula 11.ª Descontinuidade dos artigos.....</i>	<i>18</i>
<i>Cláusula 12.ª Boletim de análise</i>	<i>19</i>
<i>Cláusula 13.ª Sistema de gestão de qualidade</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 14.ª Apoio a ações de Formação em Segurança do Cloro</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 15.ª Apoio a Simulacros</i>	<i>21</i>
<i>Cláusula 16.ª Dever de sigilo.....</i>	<i>22</i>
<i>Cláusula 17.ª Tratamento de dados pessoais.....</i>	<i>22</i>
<i>Cláusula 18.ª Conservação de dados pessoais.....</i>	<i>25</i>

<i>Cláusula 19.ª Transferência de dados pessoais</i>	<i>25</i>
<i>Cláusula 20.ª Dever de cooperação.....</i>	<i>25</i>
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS.....	26
<i>Cláusula 21.ª Obrigações da AdP SGPS</i>	<i>26</i>
<i>Cláusula 22.ª Obrigações das Contraentes Públicas.....</i>	<i>26</i>
<i>Cláusula 23.ª Preço base e preço contratual</i>	<i>27</i>
<i>Cláusula 24.ª Condições de pagamento.....</i>	<i>28</i>
<i>Cláusula 25.ª Faturação eletrónica</i>	<i>29</i>
<i>Cláusula 26.ª Revisão de preços.....</i>	<i>30</i>
SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	30
<i>Cláusula 27.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato</i>	<i>30</i>
CAPÍTULO III INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	31
<i>Cláusula 28.ª Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante.....</i>	<i>31</i>
<i>Cláusula 29.ª Sanções</i>	<i>32</i>
<i>Cláusula 30.ª Força maior.....</i>	<i>34</i>
<i>Cláusula 31.ª Resolução do contrato por parte das Contraentes Públicas</i>	<i>36</i>
<i>Cláusula 32.ª Resolução do contrato por parte do Cocontratante</i>	<i>37</i>
<i>Cláusula 33.ª Execução da caução</i>	<i>37</i>
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....	38
<i>Cláusula 34.ª Deveres de informação</i>	<i>38</i>
<i>Cláusula 35.ª Comunicações</i>	<i>38</i>
<i>Cláusula 36.ª Foro competente</i>	<i>39</i>
<i>Cláusula 37.ª Direito aplicável e natureza do contrato</i>	<i>39</i>
<i>Cláusula 38.ª Contagem dos prazos.....</i>	<i>39</i>
ANEXO I LOTES E ARTIGOS.....	40
ANEXO II COORDENAÇÕES E CONDIÇÕES DE ENTREGA	47
ANEXO III LOCAIS DE ENTREGA	50
ANEXO IV PREÇOS-BASE PARCELARES E PREÇOS-MÁXIMOS UNITÁRIOS	51

ANEXO V SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DO FABRICO E FORNECIMENTO DOS BENS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
ASSOCIADOS.....	52
ANEXO VI RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS PONTOS DE LIGAÇÃO DAS GARRAFAS E TAMBORES.....	53

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de Cloro para as entidades indicadas no **ANEXO I** ao Programa do Procedimento, representadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (doravante **AdP SGPS**) e manutenção dos recipientes próprios das entidades adjudicantes, bem como prestação dos serviços de apoio a simulacros e formações envolvendo o manuseamento de Cloro.
2. As características, especificações e requisitos técnicos dos artigos a fornecer, a manter e serviços a prestar no contrato a celebrar constam no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos, sendo parte integrante do caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior;
3. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo Contratual

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação do Contrato, este é válido por 12 (*doze*) meses.
2. Independentemente de não se ter completado o período referido no número anterior, o contrato cessa a sua vigência, em relação a cada Lote, quando os pagamentos ao **Cocontratante** perfaçam, pelo respetivo Lote, os seguintes montantes, sem IVA incluído:
 - **Lote 1** – 572.337,55€ (*quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos*);
 - **Lote 2** – 373.275,00€ (*trezentos e setenta e três mil, duzentos e setenta e cinco euros*).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:

- a) Entregar o produto adquirido em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina, nos locais definidos, nos termos e no prazo máximo estabelecido na Cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos;
- b) Executar as operações de manutenção nas embalagens, fazendo com que as mesmas estejam em perfeitas condições de poderem armazenar o produto, nos termos e no prazo máximo estabelecido na Cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos;
- c) Fornecer o produto em conformidade com a proposta apresentada, com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas, ambientais e os níveis de serviço e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- d) Efetuar as operações de manutenção das embalagens pertencentes às **Contraentes Públicas** (embalagens próprias), descritas no **ANEXO I** do Caderno de Encargos, em conformidade com a proposta apresentada, com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas, ambientais e os níveis de serviço e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- e) Prestar os serviços de apoio a simulacros que visem testar e validar os procedimentos de atuação em caso de fuga de Cloro, bem como serviços de formação no âmbito do manuseamento do Cloro, de acordo com requisitos definidos no presente Caderno de Encargos;
- f) Comunicar antecipadamente, à **Contraente Pública**, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos objeto do contrato ou a execução das inspeções, manutenções e limpezas das embalagens próprias e assim

- como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os produtos, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelas **Contraentes Públicas** ou pelo gestor de contrato designado;
 - h) Não alterar as condições do fornecimento dos produtos fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - i) Garantir os produtos fornecidos, em conformidade com a legislação aplicável;
 - j) Cumprir todas as disposições legais aplicáveis, designadamente de transporte e manuseamento dos produtos;
 - k) Providenciar, a suas expensas, todos os equipamentos e meios necessários para a descarga dos produtos fornecidos;
 - l) Suportar os encargos relativos à aquisição de bens identificados no artigo 445.º do Código dos Contratos Públicos;
 - m) Entregar os Boletins de Análise ou Certificados de Qualidade emitidos pelo Produtor às **Contraentes Públicas**, nos termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos;
 - n) Atualizar os Documentos de Identificação dos Produtos, as Fichas de Segurança dos Produtos e as regras escritas de transporte e de descarga dos Produtos, sempre que se justificar, e fornecer os mesmos às **Contraentes Públicas**, sempre que atualizados;
 - o) Possuir e manter válidas, durante todo o período de vigência do contrato, apólices de responsabilidade civil e ambiental e de acidentes de trabalho, nos termos exigidos pela lei, que, designadamente, cubram os riscos no transporte e manuseio das suas embalagens, bem como das embalagens pertencentes **Contraentes Públicas** cuja manutenção está a seu cargo;
 - p) Garantir a verificação das condições de segurança e de manutenção dos equipamentos, devendo os mesmos possuir as manutenções conforme as especificações do fabricante e as inspeções e verificações devidamente efetuadas no

termos da legislação aplicável;

- q) Caso o **Cocontratante** seja o produtor ou importador para a UE da substância química ativa registado no REACH, colaborar com o transportador(es) na manutenção da atualização do *Plano de proteção física*, de acordo com o definido no ponto I.10.3.2 do ADR.
- r) Caso o **Cocontratante** não seja o produtor ou importador para a UE da substância química ativa registado no REACH, fazer cumprir ao(s) produtor(es) ou importador(es) para a UE da substância química ativa indicado(s) na proposta, a colaboração com o transportador(es) na manutenção da atualização do *Plano de proteção física*, de acordo com o definido no ponto I.10.3.2 do ADR.
- s) Caso o **Cocontratante** não seja o produtor ou importador para a UE da substância química ativa registado no REACH, fazer cumprir ao(s) produtor(es) ou importador(es) para a UE da substância química ativa indicado(s) na proposta, o envio de relatórios trimestrais sobre as quantidades entregues diretamente nas instalações das **Contraentes Públicas** e do **Cocontratante** da substância química ativa;
- t) Utilizar uma ferramenta de e-mail (Outlook ou outra) para garantir a receção das encomendas formuladas pelas **Contraentes Públicas** e o seu tratamento em tempo útil, designadamente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega definidos no presente Caderno de Encargos;
- u) Ressarcir as **Contraentes Públicas** dos montantes correspondentes das multas aplicadas na sequência de processos contraordenacionais, cujos factos resultem de atos ou omissões suas, designadamente, relacionadas com a manutenção, o fornecimento, transporte, manuseamento e descarga, e que não sejam imputáveis às **Contraentes Públicas**;
- v) Disponibilizar a informação de gestão, relevante, aos gestores do contrato designados pelas **Contraentes Públicas**;
- w) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações

que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizando as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

- x) Sujeitar-se a auditorias de qualidade, ambientais, de segurança e de responsabilidade social, bem como de monitorização do fornecimento de Cloro no que respeita ao cumprimento das características técnicas, ambientais, de segurança, prazos de entrega e requisitos do fornecimento;
- y) Dar a conhecer e fazer cumprir todas as obrigações previstas no presente Caderno de Encargos que sejam aplicáveis às entidades eventualmente subcontratadas no âmbito do Contrato.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens fornecidos e mantidos

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar às **Contraentes Públicas** os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos e no respetivo **ANEXO I**, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar e a manter.
4. O **Cocontratante** é responsável perante as **Contraentes Públicas** por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a

Requisitos dos produtos

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar às **Contraentes Públicas** Cloro de acordo com as características, especificações, requisitos técnicos e níveis de serviço previstos no presente Caderno de Encargos.
2. O produto deve apresentar uma pureza mínima de 99,5% (v/v) de Cloro.
3. O Cloro a fornecer deve cumprir o estabelecido na EN 937 “*Chemicals used for treatment of water intended for human consumption – Chlorine*”, nomeadamente os limites de pureza e impurezas estabelecidos nos pontos 4.2 e 4.3 da referida norma.
4. O produto deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina.
5. Caso o **Cocontratante** não seja o produtor ou importador para a UE da substância química ativa registado no REACH, deverá fazer cumprir ao(s) produtor(es) ou importador(es) para a UE da substância química ativa indicado(s) na proposta, o envio para o e-mail compras@adp.pt, no prazo de 10 (dez) dias após o término de cada trimestre, de um relatório indicando as quantidades entregues diretamente nas instalações de cada **Contraente Pública**, bem como nas instalações do **Cocontratante**, nesse período.

Cláusula 7.^a

Requisitos das embalagens

1. A classificação, embalagem e rotulagem dos produtos obedece ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de agosto.
2. Os fornecimentos devem ser realizados utilizando as embalagens indicadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, as quais devem ser seladas, com indicação do número do lote.
3. O rótulo das embalagens deve referir “*este produto está conforme a EN 937*”.

4. A fim de garantir que a pureza dos produtos não é afetada, as embalagens não devem ter sido previamente utilizadas para armazenamento de qualquer outro produto ou devem ter sido corretamente limpas e preparadas antes da utilização.
5. O material da embalagem não poderá interferir na qualidade do produto, nomeadamente no que toca aos processos de lavagem.
6. As embalagens poderão ser propriedade da **Contraente Pública**, embalagens próprias, descritas no **ANEXO I** do Caderno de Encargos, ou ser cedidas em regime de aluguer, mantendo-se, neste caso, propriedade do **Cocontratante**.
7. Durante a vigência do contrato, a manutenção em perfeitas condições de serem utilizadas, de acordo com a legislação em vigor, de todas as embalagens, quer propriedade da **Contraente Pública**, quer alugadas ao **Cocontratante**, é da responsabilidade do **Cocontratante**.
8. A manutenção das embalagens, no que respeita aos tambores, inclui as seguintes operações:
 - a) Lavagem e secagem do tambor;
 - b) Pintura do tambor;
 - c) Colocação de capacete no tambor;
 - d) Substituição das válvulas do tambor, duas por tambor em cada inspeção;
 - e) Inspeção do tambor por entidade credenciada para o efeito, ao abrigo da legislação de recipientes sob pressão.
9. A manutenção das embalagens, no que respeita às garrafas, inclui as seguintes operações:
 - a) Lavagem e secagem da garrafa;
 - b) Pintura da garrafa;
 - c) Substituição da válvula da garrafa;
 - d) Colocação de capacete protetor na garrafa;
 - e) Execução de gola roscada na garrafa, sempre que necessário;

- f) Inspeção da garrafa por entidade credenciada para o efeito, ao abrigo da legislação de recipientes sob pressão.
- 10.** As operações de manutenção referidas nos pontos anteriores da presente cláusula devem ser executadas de acordo com o estabelecido na regulamentação em vigor aplicável, e, na sua ausência, no estabelecido nos documentos técnicos de boas práticas publicados pela Associação *Eurochlor* (www.eurochlor.org).
- 11.** Os custos envolvidos com as operações de manutenção referidas nos números 8 e 9 da presente cláusula, no que respeita às embalagens próprias, serão faturados de acordo com os preços unitários da proposta do **Cocontratante**. No que respeita às embalagens alugadas, os custos de manutenção deverão estar incluídos nos restantes custos faturados, não sendo individualmente faturados.
- 12.** O **Cocontratante** deverá garantir que a pintura das embalagens é efetuada de acordo com a regulamentação em vigor, devendo os símbolos de risco e pictogramas ser identificados nas embalagens.
- 13.** O **Cocontratante** deve apresentar às **Contraentes Públicas** cópia do certificado válido referente às inspeções periódicas efetuadas às garrafas e tambores alugados.
- 14.** O **Cocontratante** deverá remover as embalagens vazias em todas as entregas de embalagens cheias.
- 15.** Em caso de fuga eminente, o **Cocontratante** deve ceder à **Contraente Pública** um sarcófago para retenção do recipiente, no prazo de 5 (*cinco*) horas após solicitação, sem custo acrescido, para que o recipiente em questão possa ser devidamente confinado e enviado para manutenção.

Cláusula 8.^a

Condições de entrega

- 1.** O **Cocontratante** compromete-se a entregar o produto solicitado no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contados da data de envio da nota de encomenda.

2. O **Cocontratante** compromete-se a concluir as operações de manutenção das embalagens próprias das **Contraentes Públicas** no prazo máximo de 44 (*quarenta e quatro*) dias úteis, contados da data de envio da nota de encomenda.
3. Sempre que uma embalagem própria seja sujeita a operações de manutenção deve ser a mesma utilizada na entrega seguinte de produto, efetuada ao abrigo do número I da presente cláusula, para verificação dos trabalhos efetuados.
4. O produto é entregue em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis e acompanhado de toda a documentação legal necessária à sua circulação.
5. Salvo casos excecionais motivados por necessidades urgentes da **Contraente Pública**, o produto deve ser entregue nos dias úteis da semana, das 08:00h-16:00h, sem prejuízo de horário diverso acordado entre cada **Contraente Pública** e o **Cocontratante**.
6. O **Cocontratante** deve entregar os produtos observando as obrigações relativas aos meios auxiliares e às restrições de acesso previstas no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.
7. Os fornecimentos são realizados na sequência de notas de encomenda a remeter pelas **Contraentes Públicas** em função da avaliação dos stocks existentes e das atividades a desenvolver, não lhe sendo exigíveis a apresentação de pedidos de aquisição periódicos ao **Cocontratante**.
8. As quantidades estimadas indicadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos possuem natureza meramente indicativa para o período de vigência do contrato, não consubstanciando qualquer vinculação relativa à aquisição de quantidades mínimas por parte das **Contraentes Públicas**.
9. Se o **Cocontratante** não dispuser das quantidades solicitadas, designadamente por rutura temporária de stock, deve comunicar o facto à **Contraente Pública** com a maior antecedência possível, o que, no limite, deve corresponder ao dia útil seguinte à data de envio da nota de encomenda.

10. As encomendas das instalações com o mesmo código de coordenação na tabela do **ANEXO II** poderão, por iniciativa da **Contraente Pública**, para efeitos de otimização dos respetivos meios logísticos, ser solicitadas para entrega no mesmo dia.
11. Salvo indicação diversa realizada na nota de encomenda, as entregas de Cloro devem ser realizadas nos locais de entrega identificados no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
12. Até dois dias úteis antes da entrega prevista do Cloro, o **Cocontratante** deve enviar à **Contraente Pública**, via e-mail a indicar pela **Contraente Pública**, cópia da seguinte documentação:
- a) Identificação do condutor do veículo que procederá à entrega do produto;
 - b) Identificação do veículo que procederá à entrega do produto;
 - c) Certificado de formação ADR do condutor do veículo válido;
 - d) Ficha de aptidão para o trabalho (FAT) do condutor do veículo válida;
 - e) Ficha de distribuição de EPIs ao condutor do veículo;
 - f) Ficha de Procedimentos de Segurança, onde deverá constar: Descrição dos trabalhos, Avaliação de Riscos e Procedimentos a adotar em caso de emergência;
 - g) Apólice e recibo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho respeitante ao transportador subcontratado pelo **Cocontratante**;
 - h) Apólice e recibo de pagamento do seguro de responsabilidade civil do **Cocontratante** e do transportador subcontratado.
13. Caso haja alterações do condutor, veículo ou transportador subcontratado, aquando da entrega, a cópia atualizada dos documentos referidos no ponto anterior tem de ser apresentada com a entrega do produto.
14. O **Cocontratante**, diretamente ou por intermédio de um subcontratado, obriga-se a efetuar a operação de descarga das garrafas e tambores, nas instalações das **Contraentes Públicas**, pelos seus meios, devendo os transportadores estar munidos dos equipamentos de proteção individual adequados.
15. A entrega do produto é sempre acompanhada dos seguintes documentos:

a) **Guia de remessa** da qual deve constar, designadamente:

- i) A data de entrega;
- ii) Identificação do **Cocontratante**;
- iii) Identificação da **Contraente Pública** e local de entrega;
- iv) Data da encomenda e número nota de encomenda emitida pela **Contraente Pública**;
- v) Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
- vi) Indicação do produto (quantidade e lote de fabrico).

b) **Boletim de Análise** ou **Certificado de Conformidade do Lote** emitido pelo produtor, no qual constará, pelo menos, o número do lote de fabrico e a pureza em Cloro expressa em % Cl_2 (v/v).

16. No ato da entrega, o **Cocontratante** deve estar sempre munido da documentação abaixo discriminada, podendo a **Contraente Pública**, sempre que assim o entender, solicitar a sua apresentação:

- a) Documentos exigidos no Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, na redação em vigor;
- b) Certificados de Formação de Conselheiros de Segurança do transporte de mercadorias perigosas relativos ao Conselheiro de Segurança do **Cocontratante**, comprovativo da formação profissional mencionada no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, na redação em vigor;
- c) Alvará para transporte rodoviário nacional ou internacional de mercadorias por conta de outrem, conforme a origem do produto, previsto no Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho, na redação em vigor;
- d) Regras escritas de transporte e de descarga do Produto.

17. A receção do produto poderá estar condicionada à análise da conformidade dos certificados e boletins entregues com as especificações do produto.

- 18.** Realizada a entrega, o **Cocontratante** fica na posse de uma cópia da guia de remessa, assinada por um representante da **Contraente Pública**, constituindo prova bastante da entrega do produto.
- 19.** A assinatura da guia de remessa pela **Contraente Pública** não implica a aceitação de eventuais discrepâncias do produto com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
- 20.** Os riscos nas fases de transporte, acondicionamento, embalagem, carga e descarga da entrega são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.

Cláusula 9.^a

Verificação

- 1.** Após a entrega dos produtos realizada pelo **Cocontratante**, a **Contraente Pública** dispõe de um prazo máximo de 22 (*vinte dois*) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos mesmos, aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou descarga.
- 2.** No que respeita às operações de manutenção executadas nas embalagens próprias, o prazo referido no número anterior conta-se da devolução da embalagem nos termos do n.º 3 da cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos.
- 3.** A **Contraente Pública** deve transmitir ao **Cocontratante** todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado nos números anteriores sem que tenha comunicado a existência de desconformidades, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos produtos e das operações de manutenção efetuadas às embalagens.
- 4.** Caso os produtos entregues não se encontrem em conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável, será da responsabilidade do **Cocontratante** a substituição dos mesmos.

5. Em caso de desconformidade dos produtos, o **Cocontratante** dispõe de um prazo máximo de 2 (*dois*) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2 para proceder à substituição dos mesmos.
6. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a devolução do produto, o **Cocontratante** dispõe de um prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
7. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos produtos são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
8. A devolução dos produtos pelas **Contraentes Públicas** nos termos da presente cláusula não confere ao **Cocontratante** o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 10.^a

Garantia

1. O **Cocontratante** deve garantir a qualidade dos produtos e das embalagens a fornecer durante a vigência do contrato, contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas.
2. É, designadamente, aplicável à obrigação de garantia dos bens a fornecer o disposto nos artigos 441.º e 444.º do Código dos Contratos Públicos.
3. É, ainda, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor.

Cláusula 11.^a

Descontinuidade dos artigos

1. Sempre que se verifique a descontinuidade de produção dos produtos a fornecer, o **Cocontratante** deve proceder à sua substituição, submetendo os termos de atualização às **Contraentes Públicas** juntamente com uma declaração, emitida pelo

fabricante do produto ou pelo representante oficial em Portugal, que confirme a descontinuidade.

2. A atualização do produto a fornecer deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Manutenção das características do produto constantes da proposta inicial;
 - b) Manutenção dos requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais mínimos exigidos;
 - c) Equivalência dos preços;
 - d) Inalterabilidade das condições contratuais.

Cláusula 12.^a

Boletim de análise

1. O Boletim de Análise deve ser entregue pelo **Cocontratante** às **Contraentes Públicas** com uma periodicidade semestral, contada a partir da data do início do contrato.
2. O Boletim de análise deverá ser emitido por laboratório acreditado, segundo a NP EN ISO/IEC 17025 ou equivalente, para os métodos de ensaio no produto em causa, ou em laboratório com métodos de ensaio acreditados para, pelo menos, um dos seguintes produtos: Águas, Efluentes líquidos, Águas resultantes de ensaios de migração e Produtos Químicos usados no tratamento de Água.
3. No Boletim de análise deverá constar, pelo menos, a seguinte informação:
 - a) Identificação do laboratório que realiza as análises;
 - b) Lote do produtor do produto analisado;
 - c) Identificação completa e data da receção da amostra submetida a ensaio;
 - d) Resultados dos ensaios respeitantes aos critérios de pureza, impurezas e subprodutos, apresentados nas unidades referidas na norma aplicável.

4. As **Contraentes Públicas** podem solicitar, durante a vigência do contrato, o número de amostras que entenderem necessárias à aferição da qualidade do produto fornecido, podendo a amostragem ser feita, aleatoriamente, sobre as entregas realizadas.

Cláusula 13.^a

Sistema de gestão de qualidade

Na execução do contrato o **Cocontratante** deve assegurar a implementação de um sistema de gestão de qualidade que cumpra os requisitos da norma EN ISO 9001:2015 ou equivalente, nos termos previstos no **ANEXO V** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 14.^a

Apoio a ações de Formação em Segurança do Cloro

1. Caso a **Contraente Pública** solicite, o **Cocontratante** compromete-se a dar formação em questões de segurança com o manuseamento de Cloro aplicáveis ao presente contrato, com o mínimo de 2 (*duas*) horas de duração por formação, a um máximo de 10 (*dez*) formandos por ação de formação, no prazo de 22 (*vinete e dois*) dias úteis após envio da nota de encomenda.
2. A formação será prestada por formador com uma experiência mínima de 5 (*cinco*) anos no manuseamento de Cloro e Certificado de Competências Pedagógicas, devendo o **Cocontratante** enviar o currículo do formador que propõe e cópia do certificado, no prazo de (*dez*) dias úteis após receção da nota de encomenda respeitante à formação, para aprovação prévia da **Contraente Pública**.
3. Caso a **Contraente Pública** considere que o currículo não evidencia a experiência necessária, o **Cocontratante** compromete-se a propor novo formador no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, após a comunicação da rejeição do formador pela **Contraente Pública**.
4. Apenas após a aceitação pela **Contraente Pública** do currículo e certificado do formador, poderá a formação ser prestada.

5. O conteúdo da ação da formação será acordado entre o **Cocontratante** e a **Contraente Pública**.
6. A formação será em língua portuguesa.
7. As ações de formação terão lugar nas instalações das **Contraentes Públicas**.

Cláusula 15.^a

Apoio a Simulacros

1. Caso a **Contraente Pública** solicite, o **Cocontratante** compromete-se a dar apoio a simulacros que visem testar e validar os procedimentos de atuação em caso de fuga de Cloro, com o mínimo de 4 (*quatro*) horas de duração por simulacro, no prazo de 22 (*vinte e dois*) dias úteis, após envio da nota de encomenda.
2. O apoio a simulacros será prestado por técnicos com uma experiência mínima de 5 (*cinco*) anos no manuseamento de Cloro, devendo o **Cocontratante** enviar o currículo do(s) técnico(s) que propõe, no prazo de (*dez*) dias úteis após receção da nota de encomenda respeitante ao apoio ao simulacro, para aprovação prévia da **Contraente Pública**.
3. O apoio a simulacros será prestado por 2 (*dois*) técnicos em simultâneo, incluindo o fornecimento e utilização de kit para simulação de fuga de Cloro.
4. Caso a **Contraente Pública** considere que o currículo do técnico proposto não evidencia a experiência necessária, o **Cocontratante** compromete-se a propor novo técnico no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, após a comunicação da rejeição do técnico pela **Contraente Pública**.
5. Apenas após a aceitação pela **Contraente Pública** do currículo dos formadores, poderá o apoio a simulacros ser prestado.
6. O programa do simulacro será acordado entre o **Cocontratante** e a **Contraente Pública**.
7. O apoio ao simulacro será em língua portuguesa.
8. O apoio ao simulacro terá lugar nas instalações das **Contraentes Públicas**.

Cláusula 16.^a

Dever de sigilo

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às **Contraentes Públicas**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que as **Contraentes Públicas** lhe indiquem para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 17.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o **Cocontratante** necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções das **Contraentes Públicas**, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O **Cocontratante** não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O **Cocontratante** deve cumprir rigorosamente as instruções das **Contraentes Públicas** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O **Cocontratante** deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O **Cocontratante** deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelas **Contraentes Públicas**, ou por quem atue em representação destas.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O **Cocontratante** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o **Cocontratante** responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita das **Contraentes Públicas**, o **Cocontratante** deve, no prazo de **15 (quinze) dias**, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O **Cocontratante** deve comunicar de imediato às **Contraentes Públicas** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

- 10. O Cocontratante** encontra-se adstrito a notificar de imediato as **Contraentes Públicas** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
- 11. Se o Cocontratante** tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, as **Contraentes Públicas** disponibilizando-lhes uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-as das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
- 12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante**, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para as **Contraentes Públicas**:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
- 13. O Cocontratante** obriga-se a ressarcir as **Contraentes Públicas** por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
- 14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelas Contraentes**

Públicas, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 18.^a

Conservação de dados pessoais

1. O **Cocontratante** deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a *1(um)* ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelas **Contraentes Públicas**.
2. Dependendo da opção das **Contraentes Públicas**, o **Cocontratante** apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 19.^a

Transferência de dados pessoais

O **Cocontratante** não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita das **Contraentes Públicas**, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, as **Contraentes Públicas** antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 20.^a

Dever de cooperação

O **Cocontratante** deve cooperar com as **Contraentes Públicas** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo **Cocontratante** em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

Cláusula 21.^a

Obrigações da AdP SGPS

Constituem obrigações da **AdP SGPS**:

- a) Coordenar os contratos em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Prestar esclarecimentos às **Contraentes Públicas** sobre os termos do contrato e coligar as reclamações sobre a execução contratual;
- c) Monitorizar a qualidade do fornecimento dos artigos e, quando necessário, sugerir às **Contraentes Públicas** a aplicação de sanções contratuais;
- d) Monitorizar os consumos e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- e) Executar a caução, caso se justifique.

Cláusula 22.^a

Obrigações das Contraentes Públicas

Constituem obrigações das **Contraentes Públicas**:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato, para efeitos de comunicações com o **Cocontratante** e a **AdP SGPS**, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização;
- c) Remeter a nota de encomenda tendo em conta os prazos estabelecidos para a entrega dos artigos;
- d) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos artigos fornecidos, salvo situações excecionais previamente acordadas entre as partes (como por exemplo, restrições de horários de entrega associados aos regimes de funcionamento das instalações);
- e) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado pela **AdP SGPS**;
- f) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

Cláusula 23.^a

Preço base e preço contratual

1. O presente procedimento encontra-se sujeito aos preços-base parcelares e preços-máximos unitários que se encontram definidos no **ANEXO IV** do presente Caderno de Encargos, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. Pelo fornecimento dos bens e serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, as **Contraentes Públicas** devem pagar ao **Cocontratante** o valor resultante do produto das quantidades efetivamente fornecidas pelos respetivos preços unitários definidos na proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às **Contraentes Públicas**, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 24.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelas **Contraentes Públicas**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. No que respeita às operações de manutenção, a obrigação considera-se vencida com a aceitação das operações de manutenção executadas nas embalagens próprias, após a verificação a que se refere o n.º 2 da cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos.
3. No que respeita às ações de formação e apoios a simulacros, a obrigação considera-se vencida após a prestação dos mesmos.
4. Em caso de discordância por parte das **Contraentes Públicas** quanto aos valores indicados nas faturas, devem estas comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A falta de pagamento dos valores contestados pelas **Contraentes Públicas** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, as **Contraentes Públicas** proceder ao pagamento da importância não contestada.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n. os 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 25.^a

Faturação eletrónica

1. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
3. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab> l .
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU .
4. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica

Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

5. No caso do **Cocontratante** ser uma micro, pequena ou média empresa a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos após 01/01/2024.

Cláusula 26.^a

Revisão de preços

O presente contrato não está sujeito à revisão de preços.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 27.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado por cada **Contraente Pública**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao **Cocontratante** que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 28.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização das **Contraentes Públicas**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. As **Contraentes Públicas** devem pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, as **Contraentes Públicas** podem determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelas **Contraentes Públicas**, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização das **Contraentes Públicas**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 29.^a

Sanções

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, as **Contraentes Públicas** podem exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. As **Contraentes Públicas** podem, designadamente, exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos estipulados ao **Cocontratante** no n.º 15 da Cláusula 7.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual até €2.000,00 (*dois mil euros*), por hora de atraso.
 - b) Pelo incumprimento dos prazos estipulados ao **Cocontratante** nos n.ºs 1 e 2 da Cláusula 8.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual definida nos termos do número seguinte, até ao valor máximo de 30% do valor da encomenda em causa;
 - c) Pela omissão de comunicação prevista no n.º 9 da Cláusula 8.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 10% do valor da encomenda em causa;
 - d) Pelo incumprimento dos prazos estipulados ao **Cocontratante** no n.º 12 da Cláusula 8.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 45% do valor da encomenda em causa;
 - e) Pelo incumprimento das obrigações previstas na alínea b) do n.º 15 da Cláusula 8.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 45% do valor da encomenda em causa;
 - f) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos n.ºs 5 e 6 da Cláusula 9.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 45% do valor da encomenda em causa;

- g) Por omissão de entrega do Boletim de Análise exigido na Cláusula 12.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 10% do valor das encomendas do semestre transato;
 - h) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos n.ºs 1, 2 e 3 da Cláusula 14.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao preço-máximo unitário estabelecido para este serviço no **Anexo IV** do presente Caderno de Encargos.
 - i) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos n.ºs 1, 2 e 3 da Cláusula 15.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao preço-máximo unitário estabelecido para este serviço no **Anexo IV** do presente Caderno de Encargos.
3. No caso previsto na alínea b) do número anterior, a sanção contratual a aplicar é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,1$$

Em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor da encomenda e A é o número de dias de atraso, correspondente a essa encomenda, sendo o primeiro dia de atraso o dia de calendário seguinte ao dia da obrigação de entrega.

4. No caso previsto na alínea c) do n.º 2, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção contratual, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (15-N)*€100,00$$

Sendo N o número de dias de pré-aviso de rutura temporária de stock contados relativamente ao dia útil seguinte da nota de encomenda.

5. Quando, nos termos da Cláusula 9.^a, os bens entregues não se encontrem em conformidade com o disposto no caderno de encargos e legislação aplicável,

obrigando à substituição dos mesmos, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção contratual calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,15$$

Em que:

- **P** corresponde ao montante da penalidade;
 - **V** é igual ao valor da encomenda subjacente aos bens a substituir;
 - **A** número de dias de atraso relativamente ao prazo máximo constante no n.º 5 da Cláusula 9.^a, contados após a respetiva comunicação.
6. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
 7. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as **Contraentes Públicas** decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 8. As **Contraentes Públicas** podem descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
 9. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 30.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza as **Contraentes Públicas** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

Cláusula 31.ª

Resolução do contrato por parte das Contraentes Públicas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. As **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato designadamente nos casos de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 (*trinta*) dias ou declaração escrita do **Cocontratante** de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelas **Contraentes Públicas**.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 29.ª relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 32.ª

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 33.ª

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela **Contraente Pública** sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo **Cocontratante** das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela **Contraente Pública** não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.

3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o **Cocontratante** na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da **Contraente Pública** para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o termo do prazo das obrigações de correção de defeitos pelo **Cocontratante**, designadamente das obrigações de garantia.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 34.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 35.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre as **Contraentes Públicas** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser

efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. O **Cocontratante** deverá disponibilizar um contacto telefónico da área de segurança, disponível 24h/dia, para que possa ser contactado em situações de emergência, tais como fugas.
4. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 36.^a

Foro competente

Qualquer litígio emergente do contrato a celebrar, será dirimido no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 37.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O Contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 38.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

LOTES E ARTIGOS

Lote	N.º artigo	Contraente Pública	Produto	Embalagem	Tipo de Embalagem	Nome da Instalação de Entrega	Consumo no período do Contrato (t)	Consumo de Embalagens no período do contrato (N.º por Tipo de Embalagem)	N.º de Dias de Aluguer/ Tipo de Embalagem	N.º de Formações (uni.)	N.º de Apoios a Simulacros (uni.)
I	I.01	AdCL	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	ETA Boavista	25,650	27	1800	2	2
I	I.02	AdCL	COLORO	GARRAFA 45 KG	GARRAFA	ETA Boavista	1,2200	28	548	0	0
I	I.03	AdCL	COLORO	GARRAFA 40 KG	GARRAFA	ETA Boavista	0,160	4	0	0	0
I	I.04	AdCL	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	Reservatório Vacariça	0,130	2	365	0	0
I	I.05	AdCL	COLORO	GARRAFA 60 KG	GARRAFA	Reservatório Vacariça	0,1200	2	0	0	0
I	I.06	AdCL	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	Reservatório Alto de Miranda	0,3900	6	730	0	0
I	I.07	AdCL	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	Reservatório Vale Colmeias	0,460	8	548	0	0
I	I.08	AdCL	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	ETA Cancelas	0,130	2	0	0	0
I	I.09	AdCL	COLORO	GARRAFA 60 KG	GARRAFA	ETA Cancelas	0,120	2	0	0	0
I	I.10	AdCL	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	ETA Paúl	2,850	3	730	1	1
I	I.11	AdCL	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	EEA Porto Figueira	0,650	10	365	0	0
I	I.12	AdCL	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	Reservatório Amor	2,3400	36	1460	0	0
I	I.13	AdCL	COLORO	GARRAFA 45 KG	GARRAFA	ETA Ribeira de Alge	0,680	16	730	0	0
I	I.14	AdCL	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	ETA Ribeira de Alge	2,340	36	1460	1	1
I	I.15	AdCL	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	ETA Alagoa	2,5000	39	1460	0	0
I	I.16	AdVT	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	EE Carvalhos	2,850	3	730	0	1
I	I.17	AdVT	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	ETA Apartadura	4,500	70	6600	0	1
I	I.18	AdVT	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	ETA Cabril	11,000	12	790	1	1
I	I.19	AdVT	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	ETA Penha Garcia	6,30	7	730	0	1
I	I.20	AdVT	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	ETA Santa Águeda	47,00	50	2500	2	2
I	I.21	AdVT	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	ETA Caia	11,00	12	1100	1	1
I	I.22	AdVT	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	ETA Póvoa	9,000	10	1100	0	1
I	I.23	AdVT	COLORO	GARRAFA 45 KG	GARRAFA	ETA Corgas	4,500	100	4400	0	1

Lote	N.º artigo	Contraente Pública	Produto	Embalagem	Tipo de Embalagem	Nome da Instalação de Entrega	Consumo no período do Contrato (t)	Consumo de Embalagens no período do contrato (N.º por Tipo de Embalagem)	N.º de Dias de Aluguer/ Tipo de Embalagem	N.º de Formações (uni.)	N.º de Apoios a Simulacros (uni.)
I	I.24	AdVT	COLORO	GARRAFA 45 KG	GARRAFA	ETA Mendacha	0,500	12	1900	0	I
I	I.25	AdVT	COLORO	GARRAFA 45 KG	GARRAFA	ETA Santa Luzia	3,500	78	4700	0	I
I	I.26	AdVT	COLORO	GARRAFA 45 KG	GARRAFA	ETA Vigia	1,8000	40	4050	0	I
I	I.27	AdVT	COLORO	GARRAFA 65 KG	GARRAFA	ETA Rio Fundeiro	5,5000	85	4600	0	I
I	I.28	AdVT	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	ETA Monte Novo	12,00	13	1500	I	I
I	I.29	AdVT	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	Reservatório S. Bento - Zona Baixa	9,000	10	1200	I	I
I	I.30	EPAL	COLORO	TAMBOR 700 KG	TAMBOR	Captação Alenquer	5,00	8	0	I	I
I	I.31	EPAL	COLORO	TAMBOR 700 KG	TAMBOR	Captação Ota	7,00	10	0	0	I
I	I.32	EPAL	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	PC Alhandra	22,00	24	0	I	I
I	I.33	EPAL	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	PC Lezírias	12,00	13	0	0	I
I	I.34	EPAL	COLORO	TAMBOR 950 KG	TAMBOR	PC Vila Fria	10,00	11	0	0	I
2	2.01	EPAL	COLORO	TAMBOR 1000 KG	TAMBOR	ETA Asseiceira	300,0	300	7665	2	2
2	2.02	EPAL	COLORO	TAMBOR 1000 KG	TAMBOR	ETA Vale da Pedra	45,0	45	1375	2	2

Lote	artigo	Contraente Pública	Tipo de Embalagem	N.º de Embalagens a Manter
I	I.A	AdCL	GARRAFA	28
I	I.B	EPAL	TAMBOR	10

CARACTERÍSTICAS DAS EMBALAGENS PRÓPRIAS DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

Lote	Tipo de Embalagem	N.º de série	Contraente Pública	Locais de utilização, em cada Contraente Pública	N.º de Fabrico	Ano de Fabrico	Peso Líquido (kg)	Fabricante	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)	Tara (kg)	Capacidade (L)	Última inspeção (Data)
I	Tambor	84-MOND	AdCL	ETA Boavista	97037	1990	950	PREUSSAG	800	1800	537	802	2021/11
I	Tambor	85-MOND	AdCL	ETA Boavista	97038	1990	950	PREUSSAG	800	1800	539	803	2021/11
I	Garrafa	201-MOND	AdCL	ETA Cancelas	473	1994	65	PREMA MILMET	235	1550	56	55,7	2023/02
I	Garrafa	343-MOND	AdCL	ETA Cancelas	380	1994	65	PREMA MILMET	230	1600	56	55,9	2017/03
I	Garrafa	1982-MOND	AdCL	ETA Boavista	691638	1976	45	BW	220	1200	37	40	2023/02
I	Garrafa	2057-MOND	AdCL	ETA Boavista	691513	1976	45	BW	220	1200	39	40	2020/07
I	Garrafa	2059-MOND	AdCL	ETA Boavista	691515	1976	45	BW	230	1200	39	40	2021/11
I	Garrafa	2212-MOND	AdCL	ETA Boavista	2024024	1983	40	ANZIN	230	1200	41	36,6	2022/10
I	Garrafa	2361-MOND	AdCL	ETA Boavista	2347371	1988	45	ANZIN	220	1200	42	41,2	2020/05
I	Garrafa	2406-MOND	AdCL	ETA Boavista	2347416	1988	45	ANZIN	200	1200	41	41,4	2023/04
I	Garrafa	2407-MOND	AdCL	ETA Boavista	2347477	1988	45	ANZIN	230	1200	44	41,5	2020/07
I	Garrafa	2990-MOND	AdCL	ETA Boavista	2654381	1992	45	ANZIN	220	1200	44	40,8	2023/04
I	Garrafa	2991-MOND	AdCL	ETA Boavista	2654382	1992	45	ANZIN	220	1200	42	41,4	2022/10
I	Garrafa	2992-MOND	AdCL	ETA Boavista	2654383	1992	45	ANZIN	220	1200	46	40,8	2020/09
I	Garrafa	2994-MOND	AdCL	ETA Boavista	2654385	1992	45	ANZIN	220	1200	44	41,1	2020/07
I	Garrafa	2995-MOND	AdCL	ETA Boavista	2654386	1992	45	ANZIN	230	1200	43	41,1	2020/09
I	Garrafa	2996-MOND	AdCL	ETA Boavista	2654387	1992	45	ANZIN	220	1200	42	41,2	2022/09
I	Garrafa	2997-MOND	AdCL	ETA Boavista	2654388	1992	45	ANZIN	230	1200	44	41,1	2021/02

Lote	Tipo de Embalagem	N.º de série	Contraente Pública	Locais de utilização, em cada Contraente Pública	N.º de Fabrico	Ano de Fabrico	Peso Líquido (kg)	Fabricante	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)	Tara (kg)	Capacidade (L)	Última inspeção (Data)
I	Garrafa	2998-MOND	AdCL	ETA Boavista	2654389	1992	45	ANZIN	220	1200	44	40,8	2020/11
I	Garrafa	9751-MOND	AdCL	ETA Boavista	06/129751	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	61	53,1	2020/05
I	Garrafa	9752-MOND	AdCL	ETA Boavista	06/129752	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	61	53,9	2020/05
I	Garrafa	9753-MOND	AdCL	ETA Boavista	06/129753	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	62	53,2	2020/12
I	Garrafa	9754-MOND	AdCL	ETA Boavista	06/129754	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	61	53,7	2023/01
I	Garrafa	9773-MOND	AdCL	ETA Boavista	06/129773	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	60	53,4	2017/06
I	Garrafa	9774-MOND	AdCL	ETA Boavista	06/129774	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	60	53,4	2020/12
I	Garrafa	9775-MOND	AdCL	ETA Boavista	06/129775	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	61	53,8	2021/06
I	Garrafa	9776-MOND	AdCL	ETA Boavista	06/129776	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	61	53,4	2023/01
I	Garrafa	9777-MOND	AdCL	Reservatório Amor	06/129777	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	59	53	2020/11
I	Garrafa	9778-MOND	AdCL	Reservatório Amor	06/129778	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	60	53	2018/03
I	Garrafa	9779-MOND	AdCL	Reservatório Amor	06/129779	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	60	53,4	2019/10
I	Garrafa	9780-MOND	AdCL	Reservatório Amor	06/129780	2006	65	PREMA MILMET	255	1200	62	54,1	2020/01
I	Garrafa	1-PENE	AdCL	ETA Cancelas	2803388	1981	60	ATB	255	1500	67	50,8	2016/06
I	Garrafa	2-PENE	AdCL	ETA Cancelas	2803555	1981	60	ATB	255	1500	67	50,7	2016/04
I	Garrafa	5 - ARGÁ	AdCL	ETA Alagoa	ND	ND	65	ND	ND	ND	ND	ND	2020/03
I	Garrafa	7 - ARGÁ	AdCL	ETA Alagoa	ND	ND	65	ND	ND	ND	ND	ND	2022/04
I	Garrafa	9-ARGÁ	AdCL	ETA Alagoa	ND	ND	65	ND	ND	ND	ND	ND	2023/01
I	Garrafa	39-ARGÁ	AdCL	ETA Alagoa	ND	ND	65	ND	ND	ND	ND	ND	2020/07
I	Garrafa	97-ARGÁ	AdCL	ETA Alagoa	ND	ND	65	ND	ND	ND	ND	ND	2020/03

Lote	Tipo de Embalagem	N.º de série	Contraente Pública	Locais de utilização, em cada Contraente Pública	N.º de Fabrico	Ano de Fabrico	Peso Líquido (kg)	Fabricante	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)	Tara (kg)	Capacidade (L)	Última inspeção (Data)
I	Garrafa	154-ARGA	AdCL	ETA Alagoa	ND	ND	65	ND	ND	ND	ND	ND	2020/11
I	Garrafa	116-ANSI	AdCL	ETA Ribeira Alge	208946	1967	65	BW	ND	ND	59	48	2021/02
I	Garrafa	208-ANSI	AdCL	ETA Ribeira Alge	208	1993	65	PREMA MILMET	ND	ND	64	55,4	2020/11
I	Garrafa	45-ANSI	AdCL	ETA Ribeira Alge	45	1990	65	PREMA MILMET	ND	ND	64	55,6	2022/10
I	Garrafa	72-ANSI	AdCL	ETA Ribeira Alge	72	1990	65	PREMA MILMET	ND	ND	62	56	2022/11
I	Garrafa	115-ANSI	AdCL	ETA Ribeira Alge	247577	1968	65	BW	ND	ND	69	49,5	2022/03
I	Garrafa	117-ANSI	AdCL	ETA Ribeira Alge	206040	1967	65	BW	ND	ND	63	49,1	2022/11
I	Garrafa	123-ANSI	AdCL	ETA Ribeira Alge	123	193	65	PREMA MILMET	ND	ND	61	55,6	2019/09
I	Tambor	13-EPAL	EPAL		830-6	1985	900	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2023/05
I	Tambor	1423-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	1423	1964	700	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2020/02
I	Tambor	1424-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	1424	1964	700	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/03
I	Tambor	1425-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	1425	1964	700	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2020/03
I	Tambor	1429-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	1429	1964	700	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2023/05
I	Tambor	1433-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	1433	1964	700	CITERGAZ, S.A.	800	1550	519	ND	2023/05
I	Tambor	1434-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	1434	1964	700	CITERGAZ, S.A.	800	1550	526	ND	2022/05
I	Tambor	1435-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	1435	1964	700	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/11
I	Tambor	1438-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	11096	1999	650	CITERGAZ, S.A.	800	1440	624	ND	2023/05
I	Tambor	1439-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	11097	1999	670	CITERGAZ, S.A.	800	1450	628	ND	2020/11
I	Tambor	1440-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	11513	1998	650	CITERGAZ, S.A.	800	1440	628	ND	2023/05
I	Tambor	15-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	28545	1999	580	CITERGAZ, S.A.	700	1450	428	ND	2022/03

Lote	Tipo de Embalagem	Nº de série	Contraente Pública	Locais de utilização, em cada Contraente Pública	N.º de Fabrico	Ano de Fabrico	Peso Líquido (kg)	Fabricante	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)	Tara (kg)	Capacidade (L)	Última inspeção (Data)
I	Tambor	I-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	I	1999	600	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2022/03
I	Tambor	2I-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	2I	ND	600	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/02
I	Tambor	2-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	2	1998	600	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2022/03
I	Tambor	3-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	ND	1998	600	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2023/05
I	Tambor	500-EPAL	EPAL		68267-1	1989	1000	CITERGAZ, S.A.	800	2000	683	ND	2023/05
I	Tambor	501-EPAL	EPAL		68267-2	1989	1000	CITERGAZ, S.A.	800	2000	686	ND	2022/05
I	Tambor	506-EPAL	EPAL		68267-7	1989	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/10
I	Tambor	507-EPAL	EPAL		68267-8	1989	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	1950	682	ND	2022/12
I	Tambor	510-EPAL	EPAL		68267-11	1997	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/03
I	Tambor	511-EPAL	EPAL		68267-12	1997	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/02
I	Tambor	513-EPAL	EPAL		68267-14	1997	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/02
I	Tambor	62-EPAL	EPAL		26204260	1998	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	1950	617	ND	2022/05
I	Tambor	64-EPAL	EPAL		26204200	1998	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2022/05
I	Tambor	672-EPAL	EPAL		940672	1999	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2022/09
I	Tambor	675-EPAL	EPAL		940675	1999	950	CITERGAZ, S.A.	800	2120	447	ND	2022/12
I	Tambor	676-EPAL	EPAL		940676	1999	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/02
I	Tambor	678-EPAL	EPAL		940678	1999	950	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2021/10
I	Tambor	679-EPAL	EPAL		940679	1999	950	CITERGAZ, S.A.	800	2120	445	ND	2022/05
I	Tambor	681-EPAL	EPAL		940681	1999	950	CITERGAZ, S.A.	800	2120	447	ND	2022/07
I	Tambor	682-EPAL	EPAL		940682	1999	950	CITERGAZ, S.A.	800	2120	447	ND	2022/05

Lote	Tipo de Embalagem	Nº de série	Contraente Pública	Locais de utilização, em cada Contraente Pública	N.º de Fabrico	Ano de Fabrico	Peso Líquido (kg)	Fabricante	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)	Tara (kg)	Capacidade (L)	Última inspeção (Data)
I	Tambor	683-EPAL	EPAL		940683	1999	1000	CITERGAZ, S.A.	ND	ND	ND	ND	2023/05
I	Tambor	684-EPAL	EPAL		940684	1999	950	CITERGAZ, S.A.	800	2120	448	ND	2022/07
I	Tambor	9-EPAL	EPAL	Captação Ota/ Alenquer	9	S/Data	600	CITERGAZ, S.A.	700	1055	435	ND	2020/02

ANEXO II

COORDENAÇÕES E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Lote	Artigo	Contraente Pública	Tipo de embalagem	Instalação de Entrega	Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante	Restrições de acesso ao ponto de abastecimento do reagente	Quantidade Mínima por Entrega (t)	Quantidade Máxima por Entrega (t)	Coordenações de entregas	Observações
I	I.01	AdCL	TAMBOR	ETA Boavista	Viatura de transporte com grua.		2,850	2,850	C01	
I	I.02	AdCL	GARRAFA	ETA Boavista	Viatura de transporte com grua.		0,040	0,225	C01	
I	I.03	AdCL	GARRAFA	ETA Boavista	Viatura de transporte com grua.		0,040	0,225	C01	
I	I.04	AdCL	GARRAFA	Reservatório Vacariça	Viatura de transporte com grua.		0,065	0,130	C01	
I	I.05	AdCL	GARRAFA	Reservatório Vacariça	Viatura de transporte com grua.		0,0600	0,120	C01	
I	I.06	AdCL	GARRAFA	Reservatório Alto de Miranda	Viatura de transporte com grua.		0,065	0,130	C01	
I	I.07	AdCL	GARRAFA	Reservatório Vale Colmeias	Viatura de transporte com grua.		0,065	0,130	C01	
I	I.08	AdCL	GARRAFA	ETA Cancelas	Viatura de transporte com grua.		0,0650	0,195	C02	
I	I.09	AdCL	GARRAFA	ETA Cancelas	Viatura de transporte com grua.		0,0650	0,1950	C02	
I	I.10	AdCL	TAMBOR	ETA Paúl	Viatura de transporte com grua.		0,950	0,950	C03	
I	I.11	AdCL	GARRAFA	EEA Porto Figueira	Viatura de transporte com grua.		0,0650	0,130	C03	
I	I.12	AdCL	GARRAFA	Reservatório Amor	Viatura de transporte com grua.		0,065	0,195	C03	
I	I.13	AdCL	GARRAFA	ETA Ribeira de Alge	Viatura de transporte com grua.		0,0450	0,0900	C04	
I	I.14	AdCL	GARRAFA	ETA Ribeira de Alge	Viatura de transporte com grua.		0,065	0,130	C04	
I	I.15	AdCL	GARRAFA	ETA Alagoa	Viatura de transporte com grua.		0,090	0,270		
I	I.16	AdVT	TAMBOR	EE Carvalhos	Viatura de transporte com grua.		0,130	0,390		
I	I.17	AdVT	GARRAFA	ETA Apartadura	Viatura de transporte com grua.	Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,585	0,585		
I	I.18	AdVT	TAMBOR	ETA Cabril	Viatura de transporte com grua.		0,950	0,950		
I	I.19	AdVT	TAMBOR	ETA Penha Garcia	Viatura de transporte com grua.		0,90	0,90		
I	I.20	AdVT	TAMBOR	ETA Santa Águeda	Viatura de transporte com grua.		1,900	2,85		

Lote	Artigo	Contraente Pública	Tipo de embalagem	Instalação de Entrega	Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante	Restrições de acesso ao ponto de abastecimento do reagente	Quantidade Mínima por Entrega (t)	Quantidade Máxima por Entrega (t)	Coordenações de entregas	Observações
I	I.21	AdVT	TAMBOR	ETA Caia	Viatura de transporte com grua.		0,95	1,900		
I	I.22	AdVT	TAMBOR	ETA Póvoa	Viatura de transporte com grua.	Outro - Especificado em Observações	0,95	1,900		Restrição de acesso à ETA da Póvoa, via Castelo de Vide limitada a 18 ton. Autorização de circulação sem restrições via Nisa.
I	I.23	AdVT	GARRAFA	ETA Corgas	Viatura de transporte com grua.		0,270	0,360		
I	I.24	AdVT	GARRAFA	ETA Mendacha	Viatura de transporte com grua.	Outro - Especificado em Observações	0,270	0,360		Estrada de acesso de 1,5 km em mau estado de conservação (terra batida).
I	I.25	AdVT	GARRAFA	ETA Santa Luzia	Viatura de transporte com grua.		0,270	0,360		
I	I.26	AdVT	GARRAFA	ETA Vigia	Viatura de transporte com grua.		0,720	0,720		
I	I.27	AdVT	GARRAFA	ETA Rio Fundeiro	Viatura de transporte com grua.		0,065	0,130		
I	I.28	AdVT	TAMBOR	ETA Monte Novo	Viatura de transporte com grua.	Outro - Especificado em Observações	1,900	2,850	T03	Estrada de acesso de 5 km em mau estado de conservação.

Lote	Artigo	Contraente Pública	Tipo de embalagem	Instalação de Entrega	Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante	Restrições de acesso ao ponto de abastecimento do reagente	Quantidade Mínima por Entrega (t)	Quantidade Máxima por Entrega (t)	Coordenações de entregas	Observações
I	2.29	AdVT	TAMBOR	Reservatório S. Bento - Zona Baixa	Viatura de transporte com grua.	Outro - Especificado em Observações	0,9500	1,9000	T03	A estrada de cerca de 5 km de acesso à instalação encontram-se em mau estado de conservação.
I	2.30	EPAL	TAMBOR	Captação Alenquer	Viatura de transporte com grua.	Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,70	1,400	T01	
I	2.31	EPAL	TAMBOR	Captação Ota	Viatura de transporte com grua.	Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,700	1,40	T01	
I	2.32	EPAL	TAMBOR	PC Alhandra	Viatura de transporte com grua.	Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,95	3,80	T01	
I	2.33	EPAL	TAMBOR	PC Lezírias	Viatura de transporte com grua.	Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,95	1,90	T01	
I	2.34	EPAL	TAMBOR	PC Vila Fria	Viatura de transporte com grua.	Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,95	1,90	T02	
2	2.01	EPAL	TAMBOR	ETA Asseiceira	Viatura de transporte com grua.		12,0	16,0	E01	O fornecimento deverá variar entre 12 a 16 Tambores.
2	2.02	EPAL	TAMBOR	ETA Vale da Pedra	Viatura de transporte com grua.		(em conjunto com ETA Asseiceira)		E01	

ANEXO III

LOCAIS DE ENTREGA

Contraente Pública	Instalação	Morada
AdCL	EEA Porto Figueira	Estrada Nacional 242, Barosa, 2400-013 Leiria
AdCL	ETA Alagoa	Rua Principal, Alagoa, 3300 ARGANIL
AdCL	ETA Boavista	Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra
AdCL	ETA Cancelas	Lugar de Cancelas, Espinhal, 3230-999 Penela
AdCL	ETA Paúl	Rua da Captação de Água, 2425-623 Monte Redondo
AdCL	ETA Ribeira de Alge	Ferraria, Gondramaz, S. Simão, 3260-049 AGUDA
AdCL	Reservatório Alto de Miranda	Carapinhal, 3220 Miranda do Corvo
AdCL	Reservatório Amor	Rua do Vale, 2400-765 Amor
AdCL	Reservatório Vacariça	3050-510 Vacariça
AdCL	Reservatório Vale Colmeias	Rua Nossa Sra. da Piedade, 3220-409 Semide
AdVT	EE Carvalhos	ESTR NACIONAL 18, KM 101,9, 6000-000 Castelo Branco
AdVT	ETA Apartadura	Rasa, S.Salvador da Aramenha, 7330-000Marvão
AdVT	ETA Cabril	Rua Pedreira, Vale do Barco, 3270-000 Pedrógão Grande
AdVT	ETA Caia	Estrada Nacional 373, KM 13,7, 7350-231 Elvas
AdVT	ETA Corgas	Rua Corgas 9501 6150-421 Proença-a-Nova
AdVT	ETA Mendacha	Suimo-2305 Sabacheira
AdVT	ETA Monte Novo	Herdade Monte Novo, 7000-000 Évora (freguesia de N. Sra. Machede)
AdVT	ETA Penha Garcia	Lugar Cabeço da Azenha 9501 6060-000 Idanha-a-Nova
AdVT	ETA Póvoa	EM 1178, 7320 Póvoa e Meadas, Castelo de Vide
AdVT	ETA Rio Fundeiro	Rua Rio Fundeiro, Dornes, 2240-000 Ferreira do Zêzere
AdVT	ETA Santa Águeda	ETA St Águeda - Estr Barragem, Póvoa de Rio Moinhos, 6000-000 Castelo Branco
AdVT	ETA Santa Luzia	Rua Casal da Lapa, 3320-000 Pampilhosa da Serra
AdVT	ETA Vigia	Sítio Alto Vigia, 7200-000 Redondo (Monteito)
AdVT	Reservatório S. Bento - Zona Baixa	São Bento de Cástris, 7000-000 Évora
EPAL	Captação Alenquer	Est. N-9, Triana, Alenquer
EPAL	Captação Ota	Rua Olhos de Água, 2580-000 OTA
EPAL	ETA Asseiceira	R. Fonte do Grou, Tomar 2305 -101 Asseiceira
EPAL	ETA Vale da Pedra	ETA de Vale da Pedra, 2070-713 Cartaxo
EPAL	PC Alhandra	Alto de Alhandra, R. Marquês de Suberra, 2615-000 Sobralinho
EPAL	PC Lezírias	Est. N-10, Reta do Cabo, 2600-000 V. Franca de Xira
EPAL	PC Vila Fria	Rua da Fonte, Vila Fria 2745-000 Barcarena

ANEXO IV

PREÇOS-BASE PARCELARES E PREÇOS-MÁXIMOS UNITÁRIOS

1. Preços-Base Parcelares

Lote	Contraente Pública	Preço-Base parcelar (€)
1	AdCL	124 931,99
	AdVT	356 514,55
	EPAL	90 891,01
2	EPAL	373 275,00

2. Preços-Máximos Unitários respeitantes aos serviços de apoio no âmbito do manuseamento do Cloro

Serviços de apoio no âmbito do manuseamento do Cloro	Preços-Máximos unitários
Apoio a ações de Formação em Segurança do Cloro	350,00 (trezentos e cinquenta euros)
Apoio a Simulacros	1.500,00 (mil e quinhentos euros)

ANEXO V

**SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DO FABRICO E FORNECIMENTO
DOS BENS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ASSOCIADOS**

(Documento em ficheiro autónomo)

ANEXO VI
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS PONTOS DE LIGAÇÃO DAS GARRAFAS
E TAMBORES

(Documento em ficheiro autónomo)